

Semana Pedagógica

2º semestre - 2015



*A escola, sua aproximação
com a realidade e o
trabalho coletivo*



A escola, sua aproximação com a realidade e o trabalho coletivo¹

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.

João Cabral de Melo Neto

No momento em que o Ministério da Educação propõe ao Brasil a discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNC, a fim de definir quais os conhecimentos essenciais a que todos os² estudantes brasileiros têm direito durante a Educação Básica, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED se engaja ao debate estimulando a escola à atenção sobre a sua realidade e à análise das ações que tem desenvolvido e que podem vir a desenvolver em função do direito à educação.

Considerando a reflexão sobre a BNC associada à necessária e constante reflexão sobre o todo da escola expresso no Projeto Político-Pedagógico – PPP, a SEED estabeleceu como prioridade o fortalecimento desse documento a partir do trabalho coletivo ancorado na gestão democrática. Mais do que um documento físico, o PPP é a memória da escola e a projeção para seu futuro, registrando a organização escolar vinculada à gestão e ao trabalho pedagógico.

Da obrigatoriedade da escola ao elaborar seu PPP, instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN em 1996, até a atualidade, esse documento tem se constituído no elemento norteador das ações das escolas em suas dimensões administrativas e pedagógicas. Com aporte no princípio constitucional da gestão democrática para a escola pública, o PPP é, conforme Ilma Passos (2002), um grande guarda-chuva em que se respaldam todas as atividades escolares, seus propósitos e meios.

O PPP abarca a **Proposta Pedagógica Curricular** – PPC e/ou os **Planos de Curso** na educação profissional, de onde decorrem os demais planejamentos inerentes às atividades escolares: o **Plano de Trabalho Docente** – PTD, no âmbito das ações docentes (aulas por turmas) e o **Plano de Ação da Escola** – no âmbito das ações pedagógicas e administrativas gerais da escola (projetos, investimentos, prioridades, entre outros).

O PPP, ao fundamentar as demais instâncias do planejamento escolar, deve conter a possibilidade de análise da sua **realidade escolar** para delinear a **identidade da escola** e **fortalecer práticas pedagógicas** coerentes com essa identidade. Essa análise possibilita definições de permanências e/ou mudanças pautadas em concepções

¹ Texto elaborado pelos técnicos dos departamentos vinculados à SUED/SEED/PR/2015.

² Optou-se nesse texto por não marcar a linguagem de gênero feminino para facilitar a leitura, porém ressalta-se a concordância dos autores com as discussões pertinentes à sua valorização.

condizentes com os princípios da escola pública e que visem à aprendizagem e o sucesso de todos os estudantes.

Chegar a essa análise exige, além da observação atenta e criteriosa da comunidade escolar, a clareza das concepções que subsidiam o entendimento da realidade. Conforme o caderno I do material do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio:

Pensar o território educativo onde estudantes, professores, funcionários e gestores constroem o processo de socialização e de formação com base na valorização da pluralidade cultural e respeito às diferenças de gêneros, raça, etnia, orientação sexual; além de propiciar o diálogo com os diferentes conhecimentos dos campos científicos, filosófico, político, artístico, tecnológico, cultural e econômico, desencadeia a necessidade de reescrever coletivamente o Projeto Político-Pedagógico como construção da identidade da escola pública (BRASIL, 2004, p.17).

Assim, por ser coletivo, o PPP – único para uma comunidade escolar e flexível às alterações do contexto – fortalece a dimensão social da educação escolar pública e se apoia em concepções de homem, de sociedade e de educação. São concepções necessariamente ligadas ao caráter social da educação e que definem a opção educativa da escola. Qualquer que seja essa opção deve ser sempre coletiva, consciente e responsável.

Essas características levam às questões referentes à gestão democrática e ao processo de democratização construído nas escolas como desafios contínuos e progressivos. Desafios que implicam na ampla participação dos representantes de todos os segmentos da escola nos processos de tomada de decisões.

Com autonomia, a escola deve ter como base um referencial teórico comprometido com as expectativas da escola pública e com a aprendizagem dos estudantes. Conhecimentos sobre fundamentos históricos e filosóficos da educação, bases teórico-metodológicas das disciplinas, teorias de aprendizagem, currículo e seus diferentes conceitos, temáticas da diversidade sociocultural, abordagens de temáticas desafiadoras na contemporaneidade, entre outros, são importantes subsídios para definições em todas as instâncias de planejamento.

É nesse sentido que o coletivo da escola deve se propor ao exercício constante de reflexão buscando:

- a identificação das concepções de educação, conhecimento, comunidade, homem, criança e cidadania em que se pautam as práticas pedagógicas;
- a caracterização dos contextos: global e local em que a escola está inserida e seu papel nesses contextos, bem como das expectativas que a comunidade escolar tem quanto à formação dos estudantes, inclusive a formação profissional;
- a definição sobre quais valores, objetivos e compromisso são priorizados nas experiências de aprendizagens propiciadas aos estudantes;
- a identificação dos princípios que sustentam as práticas dos sujeitos presentes na escola.

São elementos que norteiam o cotidiano escolar registrados no diagnóstico (marco situacional), na fundamentação teórica (marco conceitual) e no planejamento (marco operacional) do PPP e se concretizam em todos momentos de aprendizagem escolar. Elementos que precisam, portanto, de sistematização, de intencionalidade, de planejamento.

1. A gestão escolar e a organização do trabalho pedagógico

A atuação da equipe gestora da escola * (diretor, diretor auxiliar e pedagogos) objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço pedagógico do processo educativo da instituição de ensino. Pelas determinações legais, deve estar pautada pelo princípio democrático.

A aprendizagem como processo prioritário a ser desencadeado na escola, embora com vários intervenientes, está diretamente relacionada à organização do trabalho pedagógico. Essa organização inclui:

- o tempo, o espaço e as rotinas escolares;
- a efetivação dos diferentes planejamentos inerentes à educação escolar;
- o acompanhamento e realinhamento, se necessário, dos planejamentos;
- a análise dos dados estatísticos internos referentes ao desempenho escolar (índices de aprovação, reprovação, abandono e evasão escolar, aprovação por Conselho de Classe e distorção idade/ano ou idade/série) para que se constituam base para o planejamento e o replanejamento;
- a análise dos dados estatísticos externos (proficiência na Prova Brasil, resultados do IDEB e do SAEP) com o mesmo objetivo;
- a retomada constante das relações entre processos de ensino-aprendizagem e avaliação;
- a previsão de espaços de discussões e decisões sobre os processos avaliativos da aprendizagem (critérios, instrumentos, atividades de retomada de conteúdo/recuperação e conselhos de classe);
- a elaboração de propostas ou projetos que visem à melhoria do ensino-aprendizagem, como a articulação entre as etapas de ensino - transição do 5º para o 6º ano e do 9º para o ensino médio;
- a avaliação dos programas e projetos específicos que a escola oferta quanto à adequação ao perfil dos estudantes e à efetividade no alcance de seus objetivos;
- as iniciativas em relação à evasão e ao abandono escolar, incluindo as ações do programa de Combate ao Abandono Escolar;
- a atenção em relação ao enfrentamento às drogas, à violência e à indisciplina;
- o cumprimento às legislações inerentes à educação;
- a disponibilidade e utilização dos materiais didáticos e pedagógicos e dos equipamentos destinados ao ensino-aprendizagem;
- a articulação entre a equipe de gestão e os demais profissionais da educação da escola;
- as relações de cooperação e parceria entre a escola e os pais e/ou responsáveis pelos estudantes;
- a consolidação da Hora Atividade como tempo reservado ao professor para estudos, avaliações, planejamento e participação em formação continuada;
- os registros da prática pedagógica, bem como seus acompanhamentos, conforme previstos na legislação.

Esses são, entre outros, os aspectos que devem se converter constantemente em indagações de estímulo à comunidade escolar para pensar sobre si mesma e suas funções, entender a escola e o que nela intervém, avaliar e tomar decisões condizentes com o projeto expresso no PPP.

Tais decisões são concretizadas por meio das ações estabelecidas no Plano de Ação da escola. No material da Semana Pedagógica do primeiro semestre de 2015, a SEED o definiu:

O Plano de Ação da escola consiste em um instrumento de trabalho dinâmico com o intuito de propiciar ações, ressaltando seus principais problemas e os objetivos dentro de metas a serem alcançadas, com critérios de acompanhamento e avaliação pelo trabalho desenvolvido (PARANÁ, 2015, p.2).

É neste documento, portanto, que as decisões tomadas no PPP são ordenadas segundo as dimensões (gestão escolar democrática; prática pedagógica; avaliação; acesso, permanência e sucesso na escola; ambiente educativo e formação dos profissionais da escola) e organizadas de forma a facilitar a sua praticidade no dia a dia da gestão (problemas/desafios, ações, recursos, cronograma, envolvidos, metas, responsáveis). O Plano de Ação é um instrumento de gestão e deve facilitar a implementação e o acompanhamento das ações, porém, para se tornar parte da rotina da gestão é preciso considerar que a experiência em fazer e refazer é que o tornará de fato um recurso facilitador.

Para refletir:

Todo o trabalho realizado na escola é, em alguma medida, pedagógico, pois todos os setores que atendem os estudantes se pautam nos mesmos princípios estabelecidos no PPP e devem primar pela educação. Há diferenças entre as ações específicas de ensino-aprendizagem – que são sistematizadas intencionalmente para ensinar – e as ações que ocorrem assistematicamente no cotidiano da escola, no convívio nos corredores, durante o recreio ou intervalo de aulas, no entanto, são todas ações igualmente educativas.

- Considerando isso, é importante refletir sobre:
- Como está a organização do trabalho pedagógico na escola?
- A aprendizagem é o foco prioritário de todas as ações da escola?
- O envolvimento da gestão escolar com a aprendizagem como processo prioritário a ser desencadeado na escola?

2. O contexto de diversidade na escola

A escola tem responsabilidade na formação integral dos estudantes e deve pautar ações, definidas coletivamente, considerando a diversidade: cultural, *da pessoa com deficiência, de origem, de gênero, sexual, geracional, étnico-racial (negros, indígenas, ciganos e quilombolas), comunidades tradicionais e do campo*. Essa não é uma tarefa fácil, visto que, há uma tradição normatizadora e homogeneizadora que nega as diferenças existentes no ambiente escolar e idealiza um padrão de sujeito social.

A escola é influenciada e também influencia os modos de agir e pensar e é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. Para tanto, deve-se refletir e discutir acerca das dinâmicas existentes na escola, o que implica numa postura pedagógica capaz de reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade dos sujeitos.

Assim, entende-se que uma educação de qualidade não está dissociada de uma educação cidadã, de uma educação que coletivamente investe em mecanismos/ações para o reconhecimento e valorização da diversidade. Conforme Castro (2005, p.107) pesquisadora da UNESCO:

Há que se estimular os professores [professoras] para estarem alertas, para o exercício de uma educação por cidadanias e diversidade em cada contato, na sala de aula ou fora dela, em uma brigada vigilante anti-racista, anti-sexista, [anti-homofóbica] e de respeito aos direitos das crianças e jovens, tanto em ser, como em vir a ser. (...). O racismo, o sexismo, [a homofobia], o adultismo que temos em nós se manifesta de forma sutil; não é necessariamente intencional e percebido, mas dói, é sofrido por quem os recebe, então são violências. E marca de forma indelével as vítimas que de alguma forma somos todos nós, mas sempre alguns, mais que os outros, mulheres, os negros, os mais jovens e os mais pobres.

Essa perspectiva sinaliza para indagações sobre como as temáticas da diferença e da diversidade estão inseridas no PPP. Se a diversidade não é contemplada, então é necessário refletir sobre os motivos acerca dessa opção, pois, ela permeia todos os espaços sociais. A escola convive cotidianamente com múltiplas identidades e culturas, enfim, com a manifestação das diferenças.

É importante observar a orientação da publicação “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica”, de 2013, que compila as diretrizes norteadoras da educação brasileira expedidas até 2012, e destaca a necessidade de atualização das políticas educacionais voltadas para formação humana e cidadã, pautando o estímulo a uma reflexão crítica e propositiva na formulação, execução e avaliação do PPP da escola. Nesse contexto, é imperioso olhar para esse documento e vislumbrar as ações que favorecem o respeito, o reconhecimento e a valorização da pluralidade cultural, das diferenças de orientação sexual e identidade de gênero, da diversidade étnico/racial, das identidades dos povos do campo e das comunidades tradicionais.

É importante salientar que as discussões e reflexões contempladas no PPP devem estar lastreadas pelo reconhecimento, análise e problematização das marcas históricas e estruturais das desigualdades raciais, sociais, educacionais e econômicas, de gênero, de geração e de território que se manifestam pelo ocultamento e invisibilidade de determinados sujeitos sociais.

Nesse sentido, concordamos com Veiga (2002, p. 01) “que o Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas”, acrescenta-se que ele ultrapassa uma perspectiva meramente burocrática, ou uma prescrição legal; constitui-se numa possibilidade concreta para estabelecimento de vínculos entre as vivências socioculturais da comunidade escolar e o trabalho pedagógico.

Nas escolas do campo, quilombolas e indígenas é preciso considerar que os sujeitos, no seu modo de vida social, afirmam suas identidades, na valorização de seus territórios, histórias, trabalhos, na relação com o meio ambiente e questões inerentes à sua realidade. Conforme apontam as Diretrizes Curriculares da Rede Pública da Educação do Campo:

Em síntese, o campo retrata uma diversidade sociocultural, que se dá a partir dos povos que nele habitam: assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragens, pequenos proprietários, vileiros rurais, povos das florestas, etnias indígenas, comunidades negras rurais, quilombos, pescadores, ribeirinhos e outros mais [...] São diferentes gerações. Etnias, gêneros, crenças e diferentes modos de trabalhar, de viver, se organizar, de resolver os problemas, de lutar, de ver o mundo e de resistir no campo (PARANÁ, 2006, p 26 e 27).

Nesse sentido, essas especificidades devem ser consideradas na reflexão coletiva do PPP. Esse processo reflexivo também possibilita visibilizar as várias manifestações de discriminação, preconceito, estereótipos presentes na realidade de todas as instituições, cuja existência, muitas vezes, é camuflada ou negada. Possibilita também provocar uma mudança de postura política e pedagógica na escola, com estratégias de enfrentamento a essas manifestações.

Para refletir:

O PPP da escola deve considerar se o diagnóstico da realidade escolar contempla a diversidade sociocultural, os tempos, saberes e experiências próprias, a memória coletiva, as identidades, os conhecimentos da prática social da/os estudantes das escolas do campo, quilombolas, indígenas.

Nesse sentido, é necessário que a escola reflita sobre o seu posicionamento no trato pedagógico das questões de cor/raça/etnia, orientação sexual, gênero, conflitos étnico-raciais, povos do campo e populações em situação de itinerância. Assim, as seguintes indagações são pertinentes para refletir sobre o PPP.

- O projeto pedagógico da instituição do campo ainda reflete um modelo do espaço urbano, que parte do princípio que se caracteriza como ideal para o desenvolvimento humano? E quando se trata de instituição urbana, as especificidades e identidades dos estudantes atendidos estão sendo contempladas?
- Como a instituição escolar percebe as diferenças de cor/raça, etnia de * seus estudantes? Sabemos quantos alunos se autodeclararam pretos, pardos, indígenas e brancos? A instituição busca estimular a autoidentificação dos sujeitos no requerimento de matrícula?
- Na análise dos rendimentos escolares observam-se critérios como gênero, cor/raça, etnia. Há diferenças? A que se atribuem? A escola percebe e intervém nos conflitos que envolvem relações étnico-raciais, de gênero e sexualidades?
- Como é a participação das meninas e meninos em atividades como os esportes, tecnologias e políticas? E a participação das/os estudantes negras/os? Há diferenças? A que se atribuem?

A partir dessas indagações e de outras questões que envolvem o contexto escolar, o coletivo da instituição tem a oportunidade de pensar sobre seu PPP. Esse é o momento de observar como esse documento contempla as questões alusivas à diversidade étnica, cultural, de gênero/sexualidades, religiosa e como estabelece conexões com o currículo escolar.

3. Educação Especial, escola e currículos inclusivos

No estado do Paraná, a política de inclusão educacional tem seus alicerces no princípio do direito subjetivo e intransferível à educação de todos, com oferta gratuita, sem limitação de idade, seguindo os princípios constitucionais da Carta Magna Brasileira, de 1988, conforme Art. 208, inciso II e VII.

Assim, entende que a educação para todas as pessoas requer um enfoque diferenciado aos estudantes que apresentam deficiência, cujo grupo é constituído por toda a pessoa que “tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas”, conforme descrito no Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Essa lei amplia o atendimento educacional especializado aos (às) estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, conforme preconiza a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, do Ministério da Educação (2008).

A LDBEN atual, em seu capítulo V, descreve a Educação Especial como modalidade da educação escolar, que perpassa todas as etapas da Educação Básica, articulando-se com a proposta educacional contida nos Sistemas Nacional e Estadual de Educação, para que seja ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino, mas não exclusivamente. Há o entendimento de que o espaço do ensino regular comum nem sempre favorece à inclusão, no sentido de participação efetiva do dia-a-dia escolar, em igualdade com os pares. Isso ocorre devido às necessidades dos estudantes com deficiência que demandam procedimentos diferenciados e/ou especializados para terem, via processo educacional, seu potencial desenvolvido e a autonomia de vida possível alcançada.

Diante da legislação e das implicações dessa modalidade educacional, urge a consolidação da escola inclusiva, que garanta uma organização/espço tal que, respeitada a diversidade de condições de cada estudante a quem prestar seu serviço, consiga assegurar a qualidade de ensino. Essa qualidade só é possível ao considerar o potencial e capacidade de cada sujeito, levando em conta que a diversidade decorre das condições inerentes à deficiência, aos transtornos globais do desenvolvimento ou às altas habilidades/superdotação.

Assim pensada, conforme contido na LDBEN (1996), essa escola necessitará ter um currículo flexível, que seja compatível à situação educacional apresentada pelo (a) estudante, para, a partir de seu conhecimento, adicionar os demais. Ainda, deverá ser um espaço de aprendizagem que considere a temporalidade necessária ao aprendizado proposto, ajustando esse tempo à necessidade de cada um (a) para essa apropriação. Equivale dizer que, aos (às) estudantes com deficiências, o ajuste

curricular deverá conferir-lhes o conhecimento e autonomia de vida possível. Já, para os (as) estudantes com altas habilidades/superdotação, o currículo deverá prever conhecimentos adicionais ou específicos na(s) área(s) de interesse(s) identificada(s).

Em resumo, e segundo Fernandes (2006), a escola inclusiva parte da avaliação criteriosa de cada estudante, se organiza a partir desse resultado, adotando o que se pode denominar de currículo aberto, como prerrogativa para celebrar as diferenças em sala de aula, contrariando a prática tradicional arraigada nas escolas.

No momento em que se busca o fortalecimento do Projeto Político-Pedagógico, é importante uma análise criteriosa das ações pedagógicas já realizadas, seus resultados e alcance na consecução dos objetivos educacionais – razão do existir da instituição escolar.

Dessa forma, a construção do PPP deve considerar que:

- haja um movimento que agregue toda a comunidade escolar para estabelecer ações e outros direcionamentos educacionais que contribuam à superação dos desafios presentes;
- no dia-a-dia da escola, na sala de aula, cada estudante precisa de um tempo diferente para aprender tendo ele (a) deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, ou não;
- os (as) professores (as) das disciplinas e dos Atendimento Educacionais Especializados/AEE interajam para o fortalecimento do trabalho colaborativo;
- a escola deve contemplar e ofertar o AEE, como resposta às necessidades educacionais especiais dos (as) estudantes, público-alvo da Educação Especial.

A partir dessa avaliação, em um movimento que agregue toda a comunidade escolar, é preciso estabelecer ações e outros direcionamentos educacionais que contribuam para superar os desafios que essa modalidade apresenta. Embora seja difícil a tarefa, ela deve ser reconhecida como um importante instrumento para transformar a sociedade.

Para refletir:

Evidenciando o exposto no presente texto, qual a avaliação que se pode fazer da Instituição Educacional de sua atuação:

- Há evidências de resultados positivos, no que se refere à educação e escola inclusiva pretendida?
- O PPP corresponde aos anseios da comunidade escolar e à construção da sociedade que todos (as) querem?
- O PPP está sendo pensado como um documento que evidencia a preocupação da escola com o acesso de todos (as) os (as) estudantes, a permanência desses (as) com efetiva participação no processo educacional, e avanço com aprendizagem?

4. A realidade do estudante e a prática docente

A Proposta Pedagógica Curricular – PPC é documento integrante do PPP da escola. Nela está explicitada a organização do currículo disciplinar que a escola irá desenvolver ao longo das séries/anos e das etapas e/ou modalidades que ofertar. A PPC é elaborada pelos professores de cada uma das disciplinas que compõem a matriz ofertada, tomando como base as Diretrizes Nacionais específicas e também as Diretrizes Curriculares Orientadoras do Estado para a Rede Pública, sempre de acordo com as políticas públicas educacionais vigentes.

Na PPC há uma seleção de conteúdos, há concepções, sugestões de encaminhamentos metodológicos e indicação de avaliação, os quais são intencionalmente nomeados como requisitos para colaborar na formação dos estudantes que a escola atende. Essa opção não é aleatória, pois precisa estar coerente com o exposto no Marco Conceitual do PPP.

O documento que acompanha o cotidiano do professor e que deve estar em consonância com o PPP é o Plano de Trabalho Docente – PTD – expressão da PPC. O PTD é o planejamento específico, que organiza o processo de ensino e aprendizagem no âmbito da ação docente. É papel do professor elaborar o seu PTD, considerando a realidade e o contexto em que o estudante está inserido e, principalmente, o seu direito de acesso ao conhecimento sistematizado.

Para a elaboração do PPP e conseqüentemente do PTD, considera-se o diagnóstico da realidade da comunidade atendida, deve-se pensar em questões além da idade, condições econômicas da família, escolaridade dos pais, entre outros conforme já apresentado nesse texto. É imprescindível considerar a história de vida dos estudantes, suas expectativas com a escola e o contexto em que estão inseridos. Ressalta-se também que conhecer a realidade dos estudantes faz com que o processo de ensino-aprendizagem ocorra horizontalmente, reconhecendo o estudante como partícipe dessa ação.

Com base em Ramos (2004) entende-se que é papel do professor (re) elaborar o seu Plano, considerando a realidade e o contexto em que o estudante está inserido, pautando-se no bom senso, contudo garantindo aos estudantes o direito ao conhecimento sistematizado. Além disso, Ramos destaca que:

Se o conhecimento não supera o senso comum, não é conhecimento; são suposições desagregadas que seduzem os trabalhadores mais simples; por se aproximarem de sua realidade, mas os mantêm subordinados aos desígnios do espontaneísmo. Essa educação é conservadora (2004, p.50).

A resignificação das informações trazidas da vida cotidiana dos estudantes serve para que estes, a partir da superação do senso comum advinda do processo de ensino-aprendizagem, compreendam que mesmo o conhecimento tratado na escola pode/deve ser questionado, repensado e reelaborado de acordo com o espaço-tempo em que vivemos.

O professor precisa, para Pabis (2012, p. 4) “estar disponível para aprender com a realidade, extrair dos alunos informações sobre a vida cotidiana, de forma que confrontem os seus próprios conhecimentos com os conteúdos escolares”. Percebe-se,

então, que a produção do conhecimento é uma construção coletiva e histórica para a qual é essencial a participação do aluno.

O PPP e o PTD são documentos oficiais que expressam a identidade da escola, logo não podem ser cedidos, tampouco usados em duas escolas diferentes. Uma vez que, para realizar esses planejamentos, deve-se tomar como base o diagnóstico da realidade dos estudantes e “toda a ação educativa só produzirá melhores resultados se for desenvolvida com base no conhecimento da realidade do aluno” (PABIS, 2012, p. 2), realidade essa pautada nos diferentes dados que estabelecem o diagnóstico concreto da escola. Assim, é importante:

- considerar o diagnóstico da comunidade atendida ao se desenvolver ações pedagógicas;
- conhecer a realidade dos estudantes de uma escola para que o professor possa desenvolver o seu trabalho;
- estimar as expectativas e necessidades dos estudantes para a elaboração do PTD.

Para refletir:

Em uma roda de conversa uma professora relatou que havia uma aluna em sua sala que era muito indisciplinada, provocava brigas e sempre desafiava os professores e a direção. Passado algumas semanas do início das aulas, a escola foi avisada pelo Conselho Tutelar que a adolescente seria transferida de escola, uma vez que os pais haviam perdido a guarda e ela iria morar em um abrigo. Os pais perderam a guarda por serem usuários de drogas e cometerem diversos tipos de abuso, além de negligência com sua filha.

Em seu relato, a professora comentou que só quando soube dessa história, conseguiu entender o comportamento dessa adolescente. Sabe-se que é impraticável conhecer detalhadamente cada família dos estudantes que a escola atende, mas é importante avaliar a maior parte dos fatores possíveis para desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade.

A partir do relato, percebe-se que essa história é comumente vivenciada na escola, assim como outras histórias distintas das que se gostaria que crianças e adolescentes tivessem. Conhecer a realidade da vida dos estudantes, não é a mesma coisa que se conformar, envolver-se emocionalmente ou aceitá-la, principalmente quando há o confronto com realidades diferentes das que se têm como ideais. No entanto, é essencial buscar, a partir dela, a superação pela educação de qualidade, atendendo as expectativas e necessidades dos estudantes.

Considera-se também a afirmação de Pabis:

Defende-se um ensino vinculado à realidade do estudante desde quando esta apresenta um componente emocional, afetivo, de grande significado para conhecimento. Desenvolver esse tipo de ensino não quer dizer deixar de ensinar história, ciências, geografia, língua materna, matemática. O que difere é que a apreensão pelo aluno acontece por um caminho peculiar, daí a importância do enfoque metodológico do qual o professor se vale para efetivar a sua ação pedagógica (2012, p. 9 e 10).

Com base no relato apresentado, e na citação de Pabis, converse com seus colegas:

- Como cada membro da escola (Agentes Educacionais I e II, Direção, Direção auxiliar, Equipe Pedagógica e Professores) tem realizado o planejamento das ações desenvolvidas na escola?
- Em que medida é considerada a realidade dos estudantes e da comunidade escolar?
- Quais as dificuldades vivenciadas?
- Quais as possibilidades de superação?

5. Considerações Finais:

Pensar o PPP, como visto neste texto, é pensar a escola – o que está longe de ser somente uma atividade burocrática. É a partir do entendimento do PPP “vivo” e amplamente articulado é que é possível fortalecê-lo como expressão do coletivo da escola.

A articulação é uma tarefa que envolve toda a comunidade escolar e é processual, torna-se mais palpável e facilitada à medida em se experiencia o diálogo e as ações conjuntas. É importante o coletivo da escola estar sempre atento a esse propósito e, efetivamente, articular-se – vincular as ações ao mesmo objetivo.

Embora esse texto tenha sido produzido para a Semana Pedagógica do segundo semestre de 2015, pode ser usado como subsídio para uma constante retomada das questões aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio.** Etapa II - Caderno I :Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Médio / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores : Erisevelton Silva Lima... et al.]. – Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2014.

_____. Governo Federal. **Lei nº 13,146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Brasília, 2015.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

_____. **Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília MEC, SEB, DICEI, 2013.

CASTRO, M. G. Gênero e Raça: desafios à escola. In: SANTANA, M. O (org). **Lei 10.639/03 – educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no fundamental**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005.

FERNANDES, Sueli. **Metodologia da Educação Especial**. IBEPEX. Curitiba, 2006b.

PABIS, Nelsi Antonia. **Diagnóstico da realidade do estudante: desafio para o professor no momento do planejamento e da prática pedagógica**. IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Didatica/Trabalho/05_31_14_1867-6463-1-PB.pdf Acessado em 23/07/2015.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública da Educação do Campo**. Curitiba:SEED/PR, 2006. Disponível em: <http://diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em 20/07/2015.

_____. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos**. Curitiba, 2006.

_____. **Plano de Ação da Escola** (SP 2015) (pdf). Disponível em: <http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1472> Acesso em 11/08/2015.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília, MEC/SEMTEC, 2004.

SAVIANI, N. Currículo: um grande desafio para o professor. In: **Revista de Educação**. nº16. São Paulo, 2003. Pp.35-38.

VEIGA, Ilma. **Entrevista à TV Paulo Freire** (Vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i21q2PUY0ew>. Acesso em 20/07/2015.

_____. Projeto Político-Pedagógico na Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma (org.) **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 24º Ed. São Paulo:Papirus Editora, 2002.